

Banco  
Triângulo S.A.

**Demonstrações contábeis  
consolidadas - Conglomerado  
Prudencial em 30 de junho de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Ao  
Conselho de Administração e à diretoria do  
Banco Triângulo S.A.  
Uberlândia - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Triângulo S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

O Banco Triângulo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 22 de agosto de 2017.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Zenko Nakassato'. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Zenko' being more prominent.

Zenko Nakassato  
Contador CRC 1SP160769/O-0

# Banco Triângulo S.A.

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>1.727.772</b>	<b>1.758.769</b>
<b>Disponibilidades (nota 4)</b>	<b>430</b>	<b>590</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)</b>	<b>429.187</b>	<b>494.968</b>
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	355.998	450.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	73.189	43.974
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)</b>	<b>88.311</b>	<b>93.267</b>
Carteira própria	75.064	82.094
Vinculados a prestação de garantias	13.247	8.258
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.915
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>77.383</b>	<b>54.955</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.133	8.695
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	62.109	37.779
Correspondentes	8.141	8.481
<b>Operações de crédito</b>	<b>804.849</b>	<b>844.433</b>
Operações de crédito (nota 7)	912.004	945.661
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(107.155)	(101.228)
<b>Outros créditos (nota 9)</b>	<b>284.334</b>	<b>244.281</b>
Diversos	288.553	247.496
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(4.219)	(3.215)
<b>Outros valores e bens (nota 10)</b>	<b>43.278</b>	<b>26.275</b>
Bens não de uso próprio	45.002	26.539
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.606)	(1.609)
Despesas antecipadas	1.882	1.345
<b>Não circulante - Realizável a longo prazo</b>	<b>395.808</b>	<b>420.769</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)</b>	<b>1.034</b>	<b>-</b>
Carteira própria	1.034	-
<b>Operações de crédito</b>	<b>306.657</b>	<b>328.997</b>
Operações de crédito (nota 7)	320.859	341.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(14.202)	(12.983)
<b>Outros créditos (nota 9)</b>	<b>88.117</b>	<b>91.772</b>
Diversos	88.536	92.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 8 e 9)	(419)	(645)
<b>Permanente</b>	<b>98.836</b>	<b>83.973</b>
<b>Investimentos</b>	<b>42.569</b>	<b>37.672</b>
Participações em controladas - no País (nota 11)	42.329	37.432
Outros investimentos	240	240
<b>Imobilizado de uso (nota 12)</b>	<b>16.413</b>	<b>15.027</b>
Imóveis de uso	5.539	5.412
Outras imobilizações de uso	31.460	27.713
Depreciações acumuladas	(20.586)	(18.098)
<b>Ativos intangíveis (nota 13)</b>	<b>39.854</b>	<b>31.274</b>
Outros ativos intangíveis	78.814	64.872
Amortizações acumuladas	(38.960)	(33.598)
<b>Total do ativo</b>	<b>2.222.416</b>	<b>2.263.511</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Banco Triângulo S.A.**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Passivo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>	<b>874.269</b>	<b>976.258</b>
<b>Depósitos (nota 14 a)</b>	<b>328.234</b>	<b>337.567</b>
Depósitos à vista	172.399	137.645
Depósitos interfinanceiros	-	59.172
Depósitos a prazo	135.465	125.467
Outros Depósitos	20.370	15.283
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)</b>	<b>181.171</b>	<b>294.294</b>
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	109.907	261.201
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	71.264	33.093
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>33.397</b>	<b>34.036</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	33.360	34.009
Correspondentes no país	37	27
<b>Relações interdependências</b>	<b>8.728</b>	<b>8.702</b>
Recursos em trânsito de terceiros	8.728	8.702
<b>Obrigações por empréstimos (nota 14 c)</b>	<b>-</b>	<b>7.056</b>
Empréstimos no País - outras informações	-	144
Empréstimos no exterior	-	6.912
<b>Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 14 c)</b>	<b>68.437</b>	<b>59.430</b>
BNDES	50.541	37.539
FINAME	17.896	21.891
<b>Outras obrigações (nota 15)</b>	<b>254.302</b>	<b>235.173</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.158	1.240
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	7.847	4.369
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	24.256	18.950
Diversas (nota 15 c)	221.041	210.614
<b>Não Circulante - Exigível a longo prazo</b>	<b>884.223</b>	<b>866.910</b>
<b>Depósitos (nota 14 a)</b>	<b>579.323</b>	<b>543.435</b>
Depósitos interfinanceiros	42.200	-
Depósitos a prazo	537.123	543.435
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)</b>	<b>173.422</b>	<b>180.976</b>
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	20.408	85.568
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	153.014	95.408
<b>Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 14 c)</b>	<b>63.642</b>	<b>77.397</b>
BNDES	54.619	54.124
FINAME	9.023	23.273
<b>Outras obrigações (nota 15)</b>	<b>67.836</b>	<b>65.102</b>
Sociais e estatutárias (nota 15 b)	1.692	3.942
Fiscais e previdenciárias (nota 15 a)	-	44.746
Diversas (nota 15 c)	66.144	16.414
<b>Resultados de exercícios Futuros</b>	<b>56</b>	<b>435</b>
Resultado de Exercícios Futuros	56	435
<b>Patrimônio líquido (nota 18)</b>	<b>463.868</b>	<b>419.908</b>
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	250.200	250.200
De domiciliados no Exterior	35.093	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	153.885	149.497
Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	(4)
Lucros acumulados	21.102	15.268
Ações em Tesouraria	-	(33.736)
<b>Total do passivo</b>	<b>2.222.416</b>	<b>2.263.511</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.



# Banco Triângulo S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>264.860</b>	<b>275.444</b>
Operações de crédito (nota 20)	233.535	229.052
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 21)	30.565	49.487
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 6 d)	760	(3.095)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(138.656)</b>	<b>(158.571)</b>
Operações de captações no mercado (nota 22)	(63.561)	(94.402)
Operações de empréstimos e repasses	(6.799)	(4.443)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(68.296)	(59.726)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>126.204</b>	<b>116.873</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(61.065)</b>	<b>(67.472)</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 23)	39.542	33.452
Rendas de tarifas bancárias (nota 24)	47.304	47.705
Despesas de pessoal (nota 25)	(68.883)	(63.371)
Outras despesas administrativas (nota 26)	(73.955)	(74.257)
Despesas tributárias	(17.332)	(13.737)
Resultado de participações em controladas (nota 11)	2.095	2.212
Outras receitas operacionais (nota 27 a)	17.875	9.738
Outras despesas operacionais (nota 27 b)	(7.711)	(9.214)
<b>Resultado operacional</b>	<b>65.139</b>	<b>49.401</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(732)</b>	<b>(218)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>64.407</b>	<b>49.183</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 17)</b>	<b>(16.519)</b>	<b>(11.428)</b>
Provisão para imposto de renda	(8.016)	(6.957)
Provisão para contribuição social	(5.863)	(5.169)
Ativo fiscal diferido	(2.640)	698
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(9.150)</b>	<b>(6.068)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>38.738</b>	<b>31.687</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>0,153394</b>	<b>0,113982</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	<b>15.699</b>	<b>14.835</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**Banco Triângulo S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016**

**(Em milhares de Reais - R\$)**

	<u>Reservas de Lucros</u>								Total
	Capital Social	Reservas de capital	Legal	Expansão	Outros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	285.293	3.590	31.402	117.341	(830)	(2)	-	(33.736)	403.058
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	31.687	-	31.687
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.584	-	-	-	(1.584)	-	-
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,0533618 por ação	-	-	-	-	-	-	(14.835)	-	(14.835)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>285.293</b>	<b>3.590</b>	<b>32.986</b>	<b>117.341</b>	<b>(830)</b>	<b>(4)</b>	<b>15.268</b>	<b>(33.736)</b>	<b>419.908</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	285.293	3.590	34.806	151.708	(830)	(6)	-	(33.736)	440.825
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(33.736)	-	-	-	33.736	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	38.738	-	38.738
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.937	-	-	-	(1.937)	-	-
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,0621649 por ação	-	-	-	-	-	-	(15.699)	-	(15.699)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>285.293</b>	<b>3.590</b>	<b>36.743</b>	<b>117.972</b>	<b>(830)</b>	<b>(2)</b>	<b>21.102</b>	<b>-</b>	<b>463.868</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

# Banco Triângulo S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>38.738</b>	<b>31.687</b>
<b>Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:</b>		
Depreciações e amortizações	4.372	4.298
Baixa por obsolescência de ativo imobilizado	3	78
Constituição para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	2.815	10.654
Resultado de participação em controladas	(2.095)	(2.212)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68.296	59.786
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.640)	698
<b>Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro</b>	<b>109.489</b>	<b>104.989</b>
<b>Varição de ativos e passivos:</b>		
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.519)	38.941
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(10.195)	(28.199)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	-	6.293
Redução em relações interfinanceiras	1.048	33.786
Redução (Aumento) em operações de crédito	26.963	(31.966)
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.692)	240
(Aumento) em outros valores e bens	(10.060)	(8.036)
(Redução) em depósitos	(17.589)	(264.280)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(74.544)	23.435
(Redução) em relações interdependências	(3.462)	(2.746)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(9.739)	8.931
(Redução) em outras obrigações	(8.480)	(23.871)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(226)	(97)
	<b>(115.495)</b>	<b>(247.569)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(6.006)</b>	<b>(142.580)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>		
Baixa intangível	-	18
Baixa imobilizado de uso	109	235
Aquisição de imobilizado de uso	(2.096)	(1.507)
Aplicações no intangível	(5.680)	(8.146)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(7.667)</b>	<b>(9.400)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Juros sobre o capital próprio	(15.699)	(14.835)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(15.699)</b>	<b>(14.835)</b>
<b>(Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(29.372)</b>	<b>(166.815)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>388.819</b>	<b>656.028</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre</b>	<b>359.447</b>	<b>489.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Triângulo S.A. é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

### **2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas**

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº 4.280, que estabeleceu a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis de forma consolidada, abrangendo, também, os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o Bacen editou a Circular nº 3.701, estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e às diretrizes do CMN e do Bacen, no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis consolidadas estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial Banco Triângulo S.A. foram consolidadas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, correspondentes à mesma data-base, eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas.

As informações consolidadas apresentadas abrangem as demonstrações contábeis do Banco e da controlada Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda. cuja participação é de 100,00%.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo

Bacen. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações contábeis consolidadas foram concluídas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Banco Triângulo S.A. em 22 de agosto de 2017.

### **3 Práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

#### **a. Apuração do resultado**

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**c. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e os valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

**e. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge de risco de mercado*: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
- *Hedge de fluxo de caixa*: na categoria de ***hedge*** de fluxo de caixa, classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para essas operações, tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de ***hedge*** são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de ***hedge***, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para ***hedge***, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um *upgrade* de nível de *rating*. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

**g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo**

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

**h. Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

**i. Imobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 4% para edificações, 10% para máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

**j. Intangível**

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondam à sua vida útil.

**k. Valor de recuperação dos ativos**

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

**l. Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

**m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC e pela Carta-Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- (c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis consolidadas e atualizados de acordo com a legislação vigente.

**n. Provisão para garantias financeiras prestadas**

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017,



passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015. A partir de setembro, a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda.

São constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo desses tributos.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31/12/2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

Na controlada Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda., a provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre lucro líquido é constituída à alíquota de 34%.

**p. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

**q. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

**(iii) Planos de benefício definido**

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Disponibilidades	430	590
Aplicações em operações compromissadas	355.998	450.994
Depósitos interfinanceiros	3.019	37.629
	<b>359.447</b>	<b>489.213</b>
<b>Total</b>	<b>359.447</b>	<b>489.213</b>

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Operações compromissadas</b>		
<b>Posição bancada</b>		
Letras do Tesouro Nacional	355.998	105.999
Notas do Tesouro Nacional	-	344.995
<b>Depósitos interfinanceiros</b>		
CDI	73.189	43.974
	<b>429.187</b>	<b>494.968</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>429.187</b>	<b>494.968</b>

**6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

**a.** A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2017 e 2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Carteira própria:		
LFT	76.098	82.094
Vinculados à prestação de garantias:		
LFT	13.247	8.258
Instrumentos financeiros derivativos:		
<i>Swap</i>	-	2.915
	<b>89.345</b>	<b>93.267</b>
<b>Total</b>	<b>89.345</b>	<b>93.267</b>
Circulante	88.311	93.267
Não circulante	1.034	-

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponíveis para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- b.** Em 30 de junho de 2017 e 2016, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2017		2016	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria				
LFT	76.102	76.098	82.102	82.094
Vinculados à prestação de garantias:				
LFT	13.247	13.247	8.258	8.258
<b>Total</b>	<b>89.349</b>	<b>89.345</b>	<b>90.360</b>	<b>90.352</b>

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

- c.** Em 30 de junho de 2017 e 2016, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2017				2016		
	Até 90 dias	De 180 a 360 dias	De 1 a 4 anos	Total	Até 90 dias	De 1 a 3 anos	Total
Títulos disponíveis para a venda:							
LFT	23.193	65.118	1.034	89.345	12.122	78.230	90.352
<b>Total</b>	<b>23.193</b>	<b>65.118</b>	<b>1.034</b>	<b>89.345</b>	<b>12.122</b>	<b>78.230</b>	<b>90.352</b>

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada com base em políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Em 30 de junho a posição dos instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

	<b>2016</b>
<b>Ativo:</b>	
Swap - diferencial a receber	2.915
<b>Total a receber</b>	<b>2.915</b>
Total circulante	2.915

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco não possui saldo referente à posição com instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados em contas de ativo, passivo e compensação, cuja contraparte corresponde a clientes e são negociados na BM&FBovespa, eram como segue:

	<b>2016</b>
Hedge de risco de mercado	
Posição ativa:	
Dólar norte-americano	6.912
Posição passiva:	
CDI	(3.997)
<b>Net operações de swap's Dólar x CDI Diferencial a receber</b>	<b>2.915</b>

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	2017			2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	-	-	-	-	(3.095)	(3.095)
DI Futuro	760	-	760	-	-	-
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>-</b>	<b>760</b>	<b>-</b>	<b>(3.095)</b>	<b>(3.095)</b>

### **Derivativos utilizados como instrumentos de proteção**

Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção em 30 de junho de 2016 eram representados como segue:

	<b>2016</b>		
<b>Objeto de Risco de mercado</b>	<b>Valor de curva</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Ajuste de mercado</b>
Empréstimo em moeda estrangeira - dólar norte-americano	(6.962)	(6.912)	(50)
<b>Contratos de Swap</b>			
Posição ativa - dólar norte-americano	6.962	6.912	50

## 7 Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim apresentadas:

### a. Composição da carteira por modalidade de operação

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	727.903	759.759
Cartões de crédito - Crédito rotativo e não migrado	166.695	137.274
Compror	96.495	107.099
Títulos descontados	95.151	114.360
FINAME/BNDES	133.844	139.943
Adiantamentos a depositantes	1.144	11.692
Financiamentos à exportação	8.856	17.370
Demais direitos creditórios	2.053	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	692	-
Outros empréstimos	30	144
<b>Subtotal - operações de crédito</b>	<b>1.232.863</b>	<b>1.287.641</b>
Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	235.669	189.232
Outros créditos (i)	1.164	9.096
<b>Total</b>	<b>1.469.696</b>	<b>1.485.969</b>
Operações de crédito - circulante	912.004	945.661
Outros créditos - circulante (conforme Nota 9)	236.293	197.106
Operações de crédito - não circulante	320.859	341.980
Outros créditos - não circulante (conforme Nota 9)	540	1.222

(i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação. Consta registrado na rubrica de outros créditos. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 9.

**b. Composição da carteira por vencimento**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	14.183	16.525
Entre 15 e 30 dias	13.103	14.236
Entre 31 e 60 dias	16.069	13.724
Acima de 60 dias	110.287	94.521
	<u>153.642</u>	<u>139.006</u>
Parcelas a vencer:		
Até 30 dias	362.976	388.633
Entre 31 e 60 dias	164.511	125.163
Entre 61 e 90 dias	72.521	77.931
Entre 91 e 180 dias	163.042	172.136
Entre 181 e 360 dias	231.604	239.898
Acima de 360 dias	321.400	343.202
	<u>1.316.054</u>	<u>1.346.963</u>
<b>Total</b>	<u><b>1.469.696</b></u>	<u><b>1.485.969</b></u>

**c. Composição da carteira por setor de atividade**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Comércio	923.944	996.718
Pessoa Física	402.364	326.506
Serviços Privados	40.470	36.212
Alimentos e Bebidas	29.809	31.295
Siderurgia e Metalurgia	19.735	19.216
Papel e Celulose	14.181	17.687
Químico e Petroquímico	7.346	17.010
Automotivo	3.659	4.338
Transportes	2.543	3.700
Eletroeletrônicos	2.541	3.375
Madeira e Móveis	900	3.348
Construção e Imobiliário	378	1.034
Máquinas e Equipamentos	238	1.012
Outros	21.588	24.518
	<u>1.469.696</u>	<u>1.485.969</u>
<b>Total</b>	<u><b>1.469.696</b></u>	<u><b>1.485.969</b></u>

**d. Composição da carteira por nível de risco**

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Total geral da carteira - 2017							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	44.859	-	44.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	1.048.590	118	1.048.708	5.244	5.569	10.813
B	De 1,00 a 2,99	90.217	10.986	101.203	1.013	291	1.304
C	De 3,00 a 9,99	101.575	13.782	115.357	3.460	741	4.201
D	De 10,00 a 29,99	12.441	14.441	26.882	2.688	-	2.688
E	De 30,00 a 49,99	4.463	11.895	16.358	4.909	-	4.909
F	De 50,00 a 69,99	4.766	12.220	16.986	8.493	-	8.493
G	De 70,00 a 99,99	7.874	12.911	20.785	14.549	-	14.549
H	100,00	15.452	63.106	78.558	78.558	-	78.558
<b>Total</b>		<b>1.330.237</b>	<b>139.459</b>	<b>1.469.696</b>	<b>118.914</b>	<b>6.601</b>	<b>125.515</b>

  

Total geral da carteira - 2016							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	103.729	-	103.729	-	98	98
A	De 0,50 a 0,99	900.777	-	900.777	4.504	5.669	10.173
B	De 1,00 a 2,99	146.213	12.416	158.629	1.586	648	2.234
C	De 3,00 a 9,99	161.069	10.949	172.018	5.161	1.383	6.544
D	De 10,00 a 29,99	21.448	11.500	32.948	3.295	-	3.295
E	De 30,00 a 49,99	6.061	9.797	15.858	4.757	-	4.757
F	De 50,00 a 69,99	4.160	10.151	14.311	7.155	-	7.155
G	De 70,00 a 99,99	3.516	9.431	12.947	9.063	-	9.063
H	100,00	16.515	58.237	74.752	74.752	-	74.752
<b>Total</b>		<b>1.363.488</b>	<b>122.481</b>	<b>1.485.969</b>	<b>110.273</b>	<b>7.798</b>	<b>118.071</b>

  

Carteira de Cartões de Crédito - 2017							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	-	-	-	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	267.733	-	267.733	1.339	2.539	3.878
B	De 1,00 a 2,99	10.866	10.350	21.216	212	15	227
C	De 3,00 a 9,99	3.364	12.318	15.682	470	19	489
D	De 10,00 a 29,99	773	13.249	14.022	1.402	-	1.402
E	De 30,00 a 49,99	277	10.624	10.901	3.271	-	3.271
F	De 50,00 a 69,99	261	11.296	11.557	5.778	-	5.778
G	De 70,00 a 99,99	227	10.937	11.164	7.815	-	7.815
H	100,00	2.242	47.847	50.089	50.089	-	50.089
<b>Total</b>		<b>285.743</b>	<b>116.621</b>	<b>402.364</b>	<b>70.376</b>	<b>2.573</b>	<b>72.949</b>

**Banco Triângulo S.A.**  
*Demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado  
 Prudencial em 30 de junho de 2017*

**Carteira de Cartões de Crédito - 2016**

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	-	-	-	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	221.480	-	221.480	1.107	2.534	3.641
B	De 1,00 a 2,99	6.253	9.769	16.022	160	3	163
C	De 3,00 a 9,99	1.867	9.683	11.550	346	4	350
D	De 10,00 a 29,99	503	9.865	10.368	1.037	-	1.037
E	De 30,00 a 49,99	290	8.063	8.353	2.506	-	2.506
F	De 50,00 a 69,99	234	8.222	8.456	4.228	-	4.228
G	De 70,00 a 99,99	201	7.920	8.121	5.684	-	5.684
H	100,00	1.777	40.379	42.156	42.156	-	42.156
<b>Total</b>		<b>232.605</b>	<b>93.901</b>	<b>326.506</b>	<b>57.224</b>	<b>2.541</b>	<b>59.765</b>

**Demais Operações - 2017**

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	44.859	-	44.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	780.857	118	780.975	3.905	3.030	6.935
B	De 1,00 a 2,99	79.351	636	79.987	801	276	1.077
C	De 3,00 a 9,99	98.211	1.464	99.675	2.990	722	3.712
D	De 10,00 a 29,99	11.668	1.192	12.860	1.286	-	1.286
E	De 30,00 a 49,99	4.186	1.271	5.457	1.638	-	1.638
F	De 50,00 a 69,99	4.505	924	5.429	2.715	-	2.715
G	De 70,00 a 99,99	7.647	1.974	9.621	6.734	-	6.734
H	100,00	13.210	15.259	28.469	28.469	-	28.469
<b>Total</b>		<b>1.044.494</b>	<b>22.838</b>	<b>1.067.332</b>	<b>48.538</b>	<b>4.028</b>	<b>52.566</b>

**Demais Operações - 2016**

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	103.604	-	103.604	-	98	98
A	De 0,50 a 0,99	679.422	-	679.422	3.397	3.135	6.532
B	De 1,00 a 2,99	139.960	2.647	142.607	1.427	644	2.071
C	De 3,00 a 9,99	159.202	1.266	160.468	4.814	1.380	6.194
D	De 10,00 a 29,99	20.945	1.635	22.580	2.258	-	2.258
E	De 30,00 a 49,99	5.771	1.734	7.505	2.251	-	2.251
F	De 50,00 a 69,99	3.926	1.929	5.855	2.927	-	2.927
G	De 70,00 a 99,99	3.315	1.511	4.826	3.379	-	3.379
H	100,00	14.738	17.858	32.596	32.596	-	32.596
<b>Total</b>		<b>1.130.883</b>	<b>28.580</b>	<b>1.159.463</b>	<b>53.049</b>	<b>5.257</b>	<b>58.306</b>

- (i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.
- (ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito.

Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o *score* da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade com as normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

Além disso, em face da perspectiva da deterioração do cenário econômico e seu eventual impacto nos indicadores de inadimplência, o Banco decidiu reforçar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 5.267.



**e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Principal devedor	21.517	21.151
10 maiores devedores	103.033	113.240
20 maiores devedores	127.832	122.048
50 maiores devedores	152.843	161.314
100 maiores devedores	133.385	145.794
500 maiores devedores	181.725	196.807
Demais clientes	749.361	725.615
<b>Total</b>	<b>1.469.696</b>	<b>1.485.969</b>

**8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

**a. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Operações de crédito e outros créditos:		
<b>Saldos no início do semestre</b>	<b>119.899</b>	<b>121.625</b>
Constituição de provisão	68.296	59.726
<b>Efeito no resultado</b>	<b>68.296</b>	<b>59.726</b>
Baixa de créditos - prejuízo	(62.680)	(63.280)
<b>Saldos no final do semestre</b>	<b>125.515</b>	<b>118.071</b>
Circulante - Operações de crédito	107.155	101.228
Circulante - Outros créditos	3.739	3.215
Não circulante - Operações de crédito	14.202	12.983
Não circulante - Outros créditos	419	645

No semestre findo em 30 de junho de 2017, houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 8.115 (R\$ 4.067 em 2016).

**b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	46.058	46.517
Cartões de crédito - Crédito rotativo e não migrado	69.566	57.080
Compror	3.841	3.087
Títulos descontados	592	1.173
FINAME / BNDES	1.054	1.097
Adiantamentos a depositantes	188	5.166
Financiamentos à exportação	44	87
Demais direitos creditórios	10	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	4	-
Cartões de crédito - Compras a faturar	3.386	2.685
Outros créditos	772	1.179
<b>Total</b>	<b>125.515</b>	<b>118.071</b>

**9 Outros créditos**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Cartões de crédito (a)	235.669	189.232
Créditos tributários (Nota 17.a)	76.265	72.132
Devedores diversos - País (b)	28.812	32.083
Devedores por compra de bens e aquisições de crédito (d)	1.164	9.096
Devedores por depósitos em garantia (c)	14.337	21.253
Impostos e contribuições a compensar	15.932	11.183
Adiantamentos salariais	2.838	2.798
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	1.098	1.392
Valores a receber sociedades ligadas	128	732
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão	846	-
Valores a receber concessionárias	-	12
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa sem característica de concessão de crédito	(480)	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito	(4.158)	(3.860)
<b>Total</b>	<b>372.451</b>	<b>336.053</b>
Circulante	284.334	244.281
Não circulante	88.117	91.772

- (a) Referem-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas ou que foram emitidas, mas ainda não venceram (demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7.a).
- (b) Referem-se, substancialmente, a créditos perante bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.
- (c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R\$ 7.095 em 2016, convertido em moeda pela União em 2016, do Programa de Integração Social (PIS) e da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no montante de R\$ 6.382 (R\$ 6.025 em 2016), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 4.572 (R\$ 5.042 em 2016), e outros depósitos referentes à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 2.389 (R\$ 2.472 em 2016).

- (d) Em 30 de junho de 2016, referem-se, basicamente, a operações de aquisição de crédito oriundas de duplicatas e notas promissórias rurais e em 30 de junho de 2017 referem-se a vendas a prazo de bens não de uso retomados de clientes inadimplentes (demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7a).

## 10 Outros valores e bens

### a. Bens não de uso próprio

	2017	2016
Imóveis	35.650	25.747
Veículos	46	387
Bens em regime especial	9.306	405
Provisão para desvalorização	(3.606)	(1.609)
<b>Total</b>	<b>41.396</b>	<b>24.930</b>

### b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente amortizadas linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 1.882 (R\$ 1.345 em 2016).

## 11 Participações em controladas - No país

As principais informações sobre controladas estão sumariadas como segue:

	Triângulo Participações e Serviços Ltda.		Tribanco Corretora de Seguros S.A.		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b><u>Dados da controlada</u></b>						
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000	-	-
Patrimônio líquido	24.324	23.145	18.005	14.287	-	-
Lucro líquido do semestre	1.041	1.089	2.029	1.743	-	-
<b><u>Situação dos investimentos</u></b>						
Participação	100%	100%	100%	100%		
Saldos no início do semestre	24.258	22.676	15.976	12.544	40.234	35.220
Distribuição de dividendos a acionistas minoritários	(975)	(620)	-	-	(975)	(620)
Equivalência patrimonial	1.041	1.089	2.029	1.743	3.070	2.832
<b>Saldos no fim do semestre</b>	<b>24.324</b>	<b>23.145</b>	<b>18.005</b>	<b>14.287</b>	<b>42.329</b>	<b>37.432</b>

## 12 Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação - %	2017			2016
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	116	-	116	116
Infraestrutura	-	2.448	-	2.448	2.448
Edificações	4	5.423	(3.867)	1.556	1.641
Sistema de processamento de dados	20	13.391	(8.548)	4.843	5.061
Instalações	10	4.068	(1.505)	2.563	2.495
Móveis e equipamentos de uso	10	9.267	(5.619)	3.648	2.552
Sistema de comunicação	10	1.243	(755)	488	579
Sistema de transporte	20	515	(216)	299	55
Sistema de segurança	10	528	(76)	452	80
<b>Total</b>		<b>36.999</b>	<b>(20.586)</b>	<b>16.413</b>	<b>15.027</b>

## 13 Intangível

O intangível refere-se, principalmente, a gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano, no montante de R\$ 39.854 (R\$ 31.274 em 2016).

## 14 Captações

### a. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 30 de junho de 2017 e 2016, está representada a seguir:

Prazos	2017				
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos	Total
Sem vencimento	172.399	-	-	20.370	192.769
Até 30 dias	-	15.174	-	-	15.174
De 31 a 60 dias	-	10.877	-	-	10.877
De 61 a 90 dias	-	20.522	-	-	20.522
De 91 a 180 dias	-	36.506	-	-	36.506
De 181 a 360 dias	-	52.386	-	-	52.386
Acima de 360 dias	-	537.123	42.200	-	579.323
<b>Total</b>	<b>172.399</b>	<b>672.588</b>	<b>42.200</b>	<b>20.370</b>	<b>907.557</b>
Circulante	172.399	135.465	-	20.370	328.234
Não circulante	-	537.123	42.200	-	579.323

**2016**

Prazos	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos	Total
Sem vencimento	137.645	4	-	15.283	152.932
Até 30 dias	-	6.300	-	-	6.300
De 31 a 60 dias	-	18.007	-	-	18.007
De 61 a 90 dias	-	4.583	-	-	4.583
De 91 a 180 dias	-	36.013	35.797	-	71.810
De 181 a 360 dias	-	60.560	23.375	-	83.935
Acima de 360 dias	-	543.435	-	-	543.435
<b>Total</b>	<b><u>137.645</u></b>	<b><u>668.902</u></b>	<b><u>59.172</u></b>	<b><u>15.283</u></b>	<b><u>881.002</u></b>
Circulante	137.645	125.467	59.172	15.283	337.567
Não circulante	-	543.435	-	-	543.435

**b. Recursos de aceites e emissão de títulos**

	2017	2016
Recursos de Letras de Créditos Imobiliários	130.315	128.501
Recursos de Letras Financeiras	224.278	346.769
<b>Total</b>	<b><u>354.593</u></b>	<b><u>475.270</u></b>
Circulante	181.171	294.294
Não Circulante	173.422	180.976

**c. Obrigações por empréstimos e repasses**

**No país**

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 132.079 (R\$ 136.827 em 2016) e obrigações com arrendamento financeiro no montante de R\$ 144 em 2016.

**No exterior**

Em 30 de junho de 2016, eram representadas por recursos externos indexados ao dólar norte-americano mais taxa de juros, com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e que foram integralmente liquidados nesta data.

## 15 Outras obrigações

### a. Fiscais e previdenciárias

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (Nota 16) (i)	-	41.960
Impostos e contribuições a recolher (ii)	12.773	11.663
Provisão para imposto de renda	6.269	5.464
Provisão para contribuição social	5.214	4.609
<b>Total</b>	<b>24.256</b>	<b>63.696</b>
Circulante	24.256	18.950
Não circulante	-	44.746

- (i) Em atendimento à Carta-Circular nº 3.782, de 19 de setembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, os montantes de provisão para riscos fiscais, de 2017, foram migrados para o subtítulo Diversas.
- (ii) Referem-se, basicamente, a tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 6.002 (R\$ 5.419 em 2016) e a COFINS no montante de R\$ 1.706 (R\$ 1.629 em 2016).

### b. Sociais e estatutárias

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Participações nos lucros	9.539	8.311
<b>Total</b>	<b>9.539</b>	<b>8.311</b>
Circulante	7.847	4.369
Não circulante	1.692	3.942

### c. Diversas

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	193.588	173.616
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 16 a)	13.772	13.898
Provisões para outras despesas administrativas	11.662	12.367
Provisão para contingências cíveis (Nota 16 a)	4.864	5.065
Provisão para despesas com pessoal	10.585	9.744
Provisão para contingências fiscais (Nota 16 a) (ii)	47.508	-
IOF apurado cartão inadimplente	108	8.537
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19)	248	104
Créditos com bancos correspondentes (i)	18	18
Cheques administrativos	139	132
Outras obrigações (ii)	4.693	3.548
<b>Total</b>	<b>287.185</b>	<b>227.028</b>
Circulante	221.041	210.614
Não circulante	66.144	16.414

- (i) A conta “Créditos com bancos correspondentes” refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas no último dia do mês, que foram baixadas das respectivas contas contábeis no primeiro dia útil seguinte.
- (ii) Em atendimento à Carta-Circular nº 3.782, de 19 de setembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, foram implementados registros no título Provisão para Contingências. Em 2016, o montante respectivo constava registrado no título Fiscais e Previdenciárias - Provisão para riscos fiscais (vide Nota 15a), bem como foram implementados registros no título Provisão para Garantias Prestadas, totalizando, em 30 de junho, R\$ 51.

## 16 Passivos contingentes

O Banco é parte de vários processos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

### a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Obrigações legais	47.508	41.960
Contingências trabalhistas	13.772	14.009
Contingências cíveis	4.864	5.065
<b>Total</b>	<b>66.144</b>	<b>61.034</b>

### b. Movimentação das provisões passivas

	<b>2017</b>			
	<b>Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias</b>	<b>Contingências trabalhistas</b>	<b>Contingências Cíveis</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do semestre	40.890	14.795	4.934	60.619
Constituição (i) (Nota 27 (b))	7.245	1.484	1.658	10.387
Reversão (Nota 27 (a))	-	(1.822)	(631)	(2.453)
Baixas	(627)	(685)	(1.097)	(2.409)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>47.508</b>	<b>13.772</b>	<b>4.864</b>	<b>66.144</b>

- (iii) A constituição de Contingências Fiscais tem contrapartida em Outras Despesas Operacionais (Nota Explicativa nº 27b e Ativo Fiscal Diferido (Nota Explicativa nº 17).

	<b>2016</b>			
	<b>Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias</b>	<b>Contingências trabalhistas</b>	<b>Contingências Cíveis</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do semestre	35.859	12.927	4.736	53.522
Constituição (Nota 27 b)	6.101	4.150	1.546	11.797
Reversão (Nota 27 b)	-	(803)	(340)	(1.143)
Baixas	-	(2.265)	(877)	(3.142)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>41.960</b>	<b>14.009</b>	<b>5.065</b>	<b>61.034</b>

O detalhamento das obrigações legais e das contingências trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2017 e 2016 é o seguinte:

<b>2017</b>						
	<b>Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias</b>		<b>Contingências Trabalhistas</b>		<b>Contingências Cíveis</b>	
	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>
<b>Perdas</b>						
Prováveis	41.691	41.691	10.268	10.268	665	613
Possíveis	5.817	5.817	7.065	3.504	4.460	4.251
<b>Total</b>	<b>47.508</b>	<b>47.508</b>	<b>17.333</b>	<b>13.772</b>	<b>5.125</b>	<b>4.864</b>
Quantidade	13	-	178	-	2.114	-
<b>2016</b>						
	<b>Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias</b>		<b>Contingências Trabalhistas</b>		<b>Contingências Cíveis</b>	
	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>	<b>Valor em risco</b>	<b>Valor Provisionado</b>
<b>Perdas</b>						
Prováveis	36.893	36.893	8.950	8.950	638	638
Possíveis	5.067	5.067	10.035	5.059	4.523	4.427
<b>Total</b>	<b>41.960</b>	<b>41.960</b>	<b>18.985</b>	<b>14.009</b>	<b>5.161</b>	<b>5.065</b>
Quantidade	20	-	144	-	1.430	-

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

#### ***Cíveis***

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito etc.).

#### ***Trabalhistas***

- (i) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

#### ***Tributárias***

- (i) PIS: EC 10/96
- (ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP
- (iii) IRPJ/CSLL: Não incidência sobre as receitas decorrentes dos juros de mora
- (iv) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo



- (v) Taxa de Fiscalização: Exigência de taxa pela CVM.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

***Tributárias***

- (i) PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam a afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo §1º do art. 3 da Lei nº 9.718 de 1998. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005.
- (ii) INSS: Exigência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale-transporte pago em dinheiro aos colaboradores da instituição, bem como multa por suposto descumprimento de obrigação acessória.
- (iii) ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências fiscais e previdenciárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 40.791 (R\$ 31.725 em 2016).

**17 Imposto de renda e contribuição social**

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2017 e 2016, estando assim compostos:

<b>Ativo</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.654	34.182
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	5.343	5.026
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	1	2
Sobre diferenças temporárias - outros	902	1.065
<b>Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda</b>	<b>42.900</b>	<b>40.275</b>
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.838	27.274
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	3.805	4.021
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	1	1
Sobre diferenças temporárias - outros	721	561
<b>Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social</b>	<b>33.365</b>	<b>31.857</b>
<b>Total classificado em outros créditos</b>	<b>76.265</b>	<b>72.132</b>

- (b) A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte:

	2017			2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>40.097</b>	<b>31.696</b>	<b>71.793</b>	<b>37.530</b>	<b>29.773</b>	<b>67.303</b>
Constituição	22.279	20.071	42.350	17.519	13.903	31.422
Realização	(19.476)	(18.402)	(37.878)	(14.774)	(11.819)	(26.593)
<b>Saldo final</b>	<b>42.900</b>	<b>33.365</b>	<b>76.265</b>	<b>40.275</b>	<b>31.857</b>	<b>72.132</b>

- (c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir:

<u>Ano</u>	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2017	2016
2016	-	55.961
2017	51.315	13.315
2018	20.302	495
2019	2.289	1.276
2020	1.203	1.085
2021	1.156	-
<b>Total</b>	<b>76.265</b>	<b>72.132</b>

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 69.589 (R\$ 62.041 em 2016).

- (d) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, estão assim demonstrados:

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>64.407</b>	<b>64.407</b>	<b>49.183</b>	<b>49.183</b>
Participações estatutárias no lucro	(9.150)	(9.150)	(6.068)	(6.068)
Juros sobre capital próprio	(15.699)	(15.699)	(14.835)	(14.835)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>39.558</b>	<b>39.558</b>	<b>28.280</b>	<b>28.280</b>
<b>(+) Adições</b>	<b>90.580</b>	<b>90.580</b>	<b>72.271</b>	<b>72.381</b>
Adições Temporárias	89.091	89.091	70.167	70.167

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Despesa de Equivalência Patrimonial	975	975	620	620
Adições Permanentes	514	514	1.484	1.594
<b>(-) Exclusões</b>	<b>96.860</b>	<b>96.860</b>	<b>71.393</b>	<b>71.392</b>
Realizações Temporárias	93.790	93.790	68.369	68.368
Receita de Equivalência Patrimonial	3.070	3.070	2.832	2.832
Exclusões Permanente	-	-	192	192
<b>(=) Lucro Real antes das compensações</b>	<b>33.278</b>	<b>33.278</b>	<b>29.158</b>	<b>29.269</b>
<b>(=) Base positiva IRPJ e CSLL</b>	<b>33.278</b>	<b>33.278</b>	<b>29.158</b>	<b>29.269</b>
Despesa Corrente de IRPJ e CSLL	(8.016)	(5.863)	(6.957)	(5.169)
Ativo Fiscal Diferido	(1.148)	(1.492)	450	248
<b>(=) IRPJ e CSLL Debitado ao Resultado</b>	<b>(9.164)</b>	<b>(7.355)</b>	<b>(6.507)</b>	<b>(4.921)</b>

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 30 de junho de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293, constituído por 252.537.712 (278.000.000 em 2016) ações nominativas ordinárias, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 foram canceladas as 25.462.288 ações que totalizavam a quantia de R\$ 33.736, sem redução do valor do capital social.

### b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no §3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no semestre, no montante de R\$ 15.699 (R\$ 14.835 em 2016), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis consolidadas, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

### c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**d. Reserva estatutária**

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

**19 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são as seguintes:

		2017					
	Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
<b>ACIONISTAS</b>	Relacionada	-	11.314	-	(665)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>11.314</b>	-	<b>(665)</b>	-	-
<b>ADMINISTRADORES E CONSELHO</b>	Relacionada	-	56.048	-	(3.224)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>56.048</b>	-	<b>(3.224)</b>	-	-
<b>EMPRESAS</b>							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	4.561	-	(242)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	2.103	-	(293)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	Relacionada	5	66.814	188	(6.421)	27	(61)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	5.902	-	(349)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	3.313	-	(512)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	24.333	-	(1.905)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	65	4.183	-	(367)	389	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	24.040	-	(1.429)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	Controlada	59	18.779	-	(1.010)	480	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	1.853	-	(12)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	38.801	-	(2.604)	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>129</b>	<b>194.682</b>	<b>188</b>	<b>(15.144)</b>	<b>896</b>	<b>(61)</b>
<b>PESSOAS FÍSICAS LIGADAS</b>	Relacionada	-	67.109	-	(3.473)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>67.109</b>	-	<b>(3.473)</b>	-	-
<b>Total</b>		<b>129</b>	<b>329.153</b>	<b>188</b>	<b>(22.506)</b>	<b>896</b>	<b>(61)</b>

**Banco Triângulo S.A.**  
*Demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado*  
*Prudencial em 30 de junho de 2017*

		2016					
	Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
<b>ACIONISTAS</b>	Relacionada	-	12.496	-	(653)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>12.496</b>	-	<b>(653)</b>	-	-
<b>ADMINISTRADORES E CONSELHO</b>	Relacionada	-	55.377	-	(3.115)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>55.377</b>	-	<b>(3.115)</b>	-	-
<b>EMPRESAS</b>							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	11.517	-	(621)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	2.363	-	(159)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	Relacionada	3	87.938	89	(13.723)	33	(288)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	5.201	-	(360)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	4.280	-	(691)	-	-
Repom S/A.	Relacionada	-	33.968	-	(1.366)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	65	14.462	-	(1.555)	389	-
Smart Varejos Ltda.	Relacionada	1	5.607	-	(409)	-	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	22.835	-	(1.632)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	Controlada	91	14.365	-	(896)	417	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	1.819	-	(165)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	36.420	-	(2.609)	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>160</b>	<b>240.775</b>	<b>89</b>	<b>(24.185)</b>	<b>839</b>	<b>(288)</b>
<b>PESSOAS FÍSICAS LIGADAS</b>	Relacionada	-	74.077	-	(4.656)	-	-
<b>Subtotal</b>		-	<b>74.077</b>	-	<b>(4.656)</b>	-	-
<b>Total</b>		<b>160</b>	<b>382.725</b>	<b>89</b>	<b>(26.379)</b>	<b>839</b>	<b>(288)</b>

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2017 foi prevista conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017, entre fixo e variável, totalizando o montante de R\$ 16.482, que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as formas de remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 3.445 (R\$ 3.691 em 2016), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

## 20 Rendas de operações de crédito

	2017	2016
Empréstimos e títulos descontados	191.743	193.271
Financiamentos	26.588	29.216
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	8.115	4.067
Antecipação de recebíveis	5.572	-
Adiantamentos a depositantes	1.517	2.411
Comissão fiança	-	87
<b>Total</b>	<b>233.535</b>	<b>229.052</b>

## 21 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Operações Compromissadas	23.534	43.068
Depósitos Interfinanceiros	2.314	1.544
Títulos e Valores Mobiliários	4.717	4.875
<b>Total</b>	<b>30.565</b>	<b>49.487</b>

## 22 Despesas de operações de captações no mercado

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depósitos a prazo	39.396	51.866
Letras Financeiras - LF	16.566	24.785
Letras de crédito Imobiliário - LCI	6.537	7.235
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	787	827
Depósitos Interfinanceiros	209	9.622
Operações compromissadas	66	67
<b>Total</b>	<b>63.561</b>	<b>94.402</b>

## 23 Receitas de prestação de serviços

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita de taxa de administração	23.434	15.797
Serviço Correspondente bancário	6.966	7.542
Tarifa Interbancária	5.777	5.482
Receita de aluguel de POS	-	2.649
Intercâmbio	1.593	1.519
Outras	1.772	463
<b>Total</b>	<b>39.542</b>	<b>33.452</b>

## 24 Rendas de tarifas bancárias

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Tarifa Bancária - Cartões	27.599	25.152
Taxa de Cadastro	5.754	5.799
Manutenção de Contas	6.984	7.276
Transferências de Recursos	2.667	2.916
Cadastro	615	646
Tarifa cobrança	1.146	1.898
Tarifa recolha	629	3.091
Manutenção de contas	533	427
Outras	1.377	500
<b>Total</b>	<b>47.304</b>	<b>47.705</b>

## 25 Despesas com pessoal

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Proventos	38.286	35.524
Encargos Sociais	15.865	14.394
Benefícios	9.050	8.400
Honorários	3.764	3.990
Treinamento	1.734	889
Estagiários	184	174
<b>Total</b>	<b>68.883</b>	<b>63.371</b>

## 26 Outras despesas administrativas

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Comunicações	10.944	10.463
Serviços do sistema financeiro	7.025	7.839
Serviços de processamento de cartões/Multifácil	6.214	6.414
Cobrança terceirizada	5.441	5.903
Serviços de call center	3.016	5.276
Serviços prestados por correspondentes	4.665	4.792
Processamento de dados	4.135	3.657
Depreciação e amortização	4.372	4.298
Serviços de operacionalização	1.276	3.354
Transporte	3.147	2.753
Consulta de crédito	2.624	2.109
Serviços técnicos especializados	2.480	3.091
Manutenção e conservação de equipamentos de informática	2.510	1.892
Custas judiciais	1.435	1.261
Outros serviços de terceiros	2.687	1.257
Despesas de aluguéis e condomínio	1.082	1.681
Despesas de promoções e relações públicas	1.616	1.824
Viagens no País	1.663	1.869
Seguros	215	111
Outras	7.408	4.413
<b>Total</b>	<b>73.955</b>	<b>74.257</b>

## 27 Outras receitas e outras despesas operacionais

### a. Outras receitas operacionais

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reembolso despesas cobrança	7.523	6.311
Mensalidades cartões	4.132	-
Rendas Visa Vale Pedágio	1.725	1.654
Atualização depósitos judiciais	203	601
Outras rendas operacionais	1.335	573
Contingências cíveis	631	-
Contingências trabalhistas	1.822	-
Ganho em operação de recebíveis de direito creditório (i)	-	341
Variação monetária ativa	504	258
<b>Total</b>	<b>17.875</b>	<b>9.738</b>

(i) Refere-se a rendas de aquisição de crédito comércio, indústria e outros.

**b. Outras despesas operacionais**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão para contingências cíveis (ii)	1.658	1.206
Provisão para ações trabalhistas (ii)	1.484	3.233
Perdas na carteira de cartões	1.368	1.313
Multas, juros e acréscimos fiscais	2	196
Provisão para contingências fiscais (ii)	127	595
Outras variações monetárias passivas	1.728	1.377
Despesas operacionais bandeira	417	510
Despesas bens retomados	247	110
Outras	680	674
<b>Total</b>	<b>7.711</b>	<b>9.214</b>

(ii) Vide Nota Explicativa nº 16 b.

## **28 Benefícios a empregados**

As empresas do Conglomerado Prudencial são copatrocinadoras do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, as empresas do Conglomerado Prudencial não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Para o Banco Triângulo existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior à revisão de regulamento realizada em 29 de outubro de 2008), para o qual o Banco realiza, em 2017, contribuição de 0,15% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e uma Seguradora.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

As empresas concedem, ainda, os benefícios de assistência médica, auxílio-refeição e cesta-alimentação, auxílio-creche ou babá, convênio para assistência odontológica e convênio farmácia para aquisição de medicamentos.

Os empregados dispensados sem justa causa possuem a extensão do benefício de assistência médica por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa prevista no procedimento interno de concessão do benefício ou em convenção coletiva de trabalho.

Durante o primeiro semestre deste exercício, o montante de contribuições das empresas perante o Fundo Administrador atingiu R\$ 1.441 (R\$ 1.175 em 2016).



## 29 Exposição cambial

A seguir apresentamos os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras no semestre findo em 30 de junho de 2016:

<b>Passivos - Dólar</b>	<b>2016</b>
Empréstimos no exterior	6.912
<b>Total geral</b>	<b>6.912</b>

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30 de junho de 2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	<b>2016</b>	
	<b>Valor de referência</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos - Dólar norte-americano</b>		
<i>Swap</i>	3.972	6.912

## 30 Outras informações

### a. Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro desse contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 9,25% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,25% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em junho de 2017 foi de 17,83% (16,71% em 2016) com margem de 45,39% do PR (38,31% em 2016).

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Patrimônio de Referência Nível I	432.595	402.597
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.426.576	2.408.979
RWACPAD	1.591.058	1.676.002
RWAOPAD	835.518	732.698
RWAMPAD	-	279
RBAN	11.797	10.461
Índice de Basileia (%)	17,83	16,71
Capital Nível I (%)	17,83	16,71
Capital Principal (%)	17,83	16,71

### b. Avais e Fianças

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 7.745 em 30 de junho de 2017 (R\$ 19.089 em 2016).

## **Conselho de Administração**

Juscelino Fernandes Martins - Presidente  
José Antônio Rossi Salles - Conselheiro  
Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro  
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro  
Sérgio Alair Barroso - Conselheiro

## **Diretoria**

João Ayres Rabello Filho - Presidente  
José Mario Garcia Cury - Diretor  
Marco Túlio da Silva - Diretor  
Janderson de Miranda Facchin - Diretor  
Luiz Henrique das Neves - Diretor

## **Contador**

Eurides Nunes da Silva Júnior  
CRC - 1SP 258595/O-5 "S" MG